

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

## **PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA**

Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso:  
**Convênio SICONV nº 942470/2023**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 O presente Projeto Básico tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Construção de Quadra Poliesportiva Coberta, na comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, em atendimento ao Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
Construção de Quadra Poliesportiva Coberta, na comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, em atendimento ao Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá.	Obra/serviço de Engenharia	REF. 01: SINAPI – 08/2024	<b>R\$ 900.697,09</b>

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 - Os serviços a serem prestados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Estudo Técnico Preliminar por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, **como serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

### **2. LOCAL DA OBRA**

2.1. A obra será executada na comunidade Aldeia do Caucho / terra indígena, situado no rio Murú, zona rural, no Município de Tarauacá/Acre.



**IMAGEM 01: Coordenadas: Latitude: 8°14'45.86"S  
Longitude: 70°45'13.82"O**

### 3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 **Modalidade da Licitação:** Concorrência;
- 3.2 **Regime de Contratação:** Empreitada por Preço Global;
- 3.3 **Forma:** Eletrônica;
- 3.4 **Modo de Disputa:** aberto;
- 3.5 **Critério de julgamento:** Menor preço Global;
- 3.6 **Tipo de Serviço:** Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;
- 3.7 **Tipo de Obra:** Construção
- 3.8 **Data Base do Orçamento:** SINAPI – 08/2024

### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O presente Projeto Básico consubstancia-se nas seguintes normas e demais legislações pertinentes, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento: O referido processo tem fundamento na Lei 14.133/2021 de 1ª de abril de 2021, o Decreto Municipal 129/2023 de 26/12/2023, Lei Complementar 123/2006, Lei nº. 8.078/90 Código de

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Defesa do Consumidor e demais normas e legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

## **5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

5.1 - A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Tarauacá/Acre identificou a necessidade de realizar a contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na Comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, em atendimento ao Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá.

5.2 - Atualmente, a Comunidade do Caucho não dispõe de infraestrutura esportiva adequada para a prática regular de atividades físicas, esportivas, recreativas e comunitárias. A inexistência de uma quadra poliesportiva coberta limita significativamente o acesso da população local, especialmente crianças, adolescentes e jovens, a espaços apropriados para o desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer, bem como, para a realização de eventos comunitários, educacionais e sociais. Tal situação contribui para a ociosidade, reduz as oportunidades de convivência social e dificulta a implementação de políticas públicas voltadas ao esporte, lazer, inclusão social e promoção da saúde.

5.3 - O problema identificado impacta diretamente o interesse público, uma vez que o esporte e o lazer constituem direitos sociais assegurados pela Constituição Federal e instrumentos relevantes para o fortalecimento do convívio comunitário, a prevenção de vulnerabilidades sociais, a melhoria da qualidade de vida e a promoção do bem-estar da população. A ausência de equipamento público adequado compromete a efetividade das ações governamentais destinadas ao desenvolvimento humano, à integração social e à valorização da cidadania no âmbito da comunidade rural.

5.4 - Além disso, a execução do objeto é imprescindível para o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo Município de Tarauacá no Convênio SICONV nº 942470/2023. O não atendimento ao objeto pactuado pode acarretar prejuízos institucionais, financeiros e administrativos, incluindo a devolução de recursos federais, a restrição à celebração de novos convênios e o comprometimento da credibilidade do Município perante os órgãos concedentes.

5.5 - Dessa forma, a contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho / terra indígena, revela-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, pois visa suprir uma carência estrutural relevante, garantir o acesso da população local a equipamentos públicos essenciais, fomentar a prática esportiva e o lazer, fortalecer a integração comunitária e assegurar o cumprimento do convênio firmado, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida da comunidade atendida.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

5.6 - Sob a perspectiva do interesse público, a contratação é imprescindível para:

- Promoção da Saúde e Lazer: A quadra poliesportiva incentiva a prática de atividades físicas, combatendo o sedentarismo e contribuindo para a prevenção de doenças crônicas.
- Educação e Esporte: Oferece um local adequado para as aulas de Educação Física e atividades esportivas nas escolas indígenas, beneficiando crianças e jovens.
- Inclusão Social e Coesão Comunitária: Atua como um agente de mudança para jovens, oferecendo alternativas de lazer, além de ser um ponto de encontro para a realização de eventos comunitários.
- Fortalecimento Cultural: O espaço pode ser utilizado para a prática de jogos tradicionais e atividades que valorizam a cultura e a tradição local, fortalecendo a identidade indígena.
- Garantia de Direitos: Atende ao direito dos povos indígenas ao esporte, cultura e lazer, garantindo infraestrutura adequada em áreas remotas ou aldeias.
- Infraestrutura de Qualidade: A construção de uma quadra coberta e equipada permite o uso durante todo o ano, independentemente das condições climáticas.

5.7 - Dessa forma, a construção da Quadra Poliesportiva coberta configura-se como necessidade pública urgente e imprescindível, essencial para garantir o acesso dos povos originários ao esporte e lazer, assegurando a conformidade com o termo de Convênios e evitar prejuízos assistenciais, sociais e financeiros ao Município de Tarauacá.

5.8 - A contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratações públicas. O art. 11 da referida norma determina que as contratações públicas devem observar os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e sustentabilidade.

#### **Justificativa quanto à autorização para execução de obra em terras indígenas**

5.9 - A construção da Quadra Poliesportiva coberta na Comunidade do Caucho, no Município de Tarauacá/Acre, encontra-se devidamente autorizada para execução em área que contempla terra indígena, atendendo às exigências legais e institucionais aplicáveis a esse tipo de intervenção.

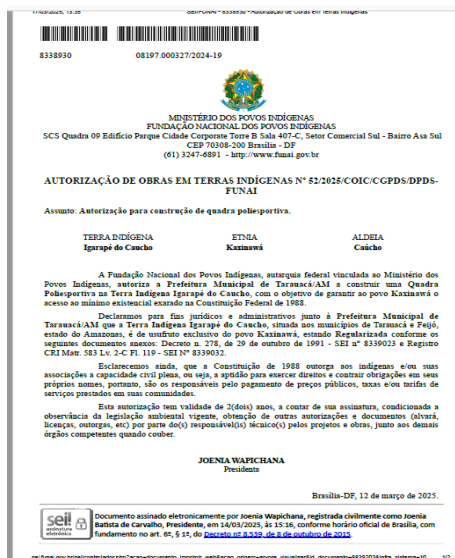
5.10- A obra possui AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS Nº 52/2025/COIC/CGPDS/DPDS-FUNAI, expedida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, por meio de seus órgãos competentes, o que comprova que o empreendimento foi analisado sob os aspectos legais, técnicos, sociais e culturais relacionados à proteção dos direitos dos povos indígenas.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

5.11 - A referida autorização atesta que a intervenção proposta é compatível com o uso da área, não afronta os direitos territoriais, sociais e culturais da comunidade indígena envolvida e atende ao interesse público, especialmente por se tratar de equipamento comunitário voltado à promoção do esporte, do lazer, da convivência social e da melhoria da qualidade de vida da população local, incluindo a população indígena beneficiária.

5.12 - Ressalta-se que a obtenção da autorização da FUNAI demonstra que foram observados os procedimentos de diálogo institucional, análise de impactos socioculturais e respeito às especificidades da comunidade indígena, em consonância com a legislação vigente e com os princípios constitucionais de proteção aos povos indígenas. Tal providência confere segurança jurídica à Administração Municipal para a execução da obra, afastando riscos de irregularidade quanto à ocupação ou intervenção em terras indígenas.

5.13 - Dessa forma, a existência da AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS Nº 52/2025/COIC/CGPDS/DPDS-FUNAI constitui elemento essencial de legitimidade da contratação e da execução do objeto, reforçando que a construção da quadra poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho é legalmente permitida, socialmente adequada e alinhada ao interesse público, aos direitos da comunidade indígena e às boas práticas da Administração Pública.



**MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS**  
 SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporativa Torre B Sala 407-C, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul  
 CEP 70308-200 Brasília - DF  
 (61) 3247-6891 - <http://www.funai.gov.br>

**AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS Nº 52/2025/COIC/CGPDS/DPDS-FUNAI**

Assunto: Autorização para construção de quadra poliesportiva.

<b>TERRA INDÍGENA</b> Igarapé do Caucho	<b>ETNIA</b> Kaxinawá	<b>ALDEIA</b> Caucho
--	--------------------------	-------------------------

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, autoriza a Prefeitura Municipal de Tarauacá/AM a construir uma Quadra Poliesportiva na Terra Indígena Igarapé do Caucho, com o objetivo de garantir ao povo Kaxinawá o acesso ao mínimo existencial previsto na Constituição Federal de 1988.

Declaramos para fins jurídicos e administrativos junto à Prefeitura Municipal de Tarauacá/AM que a Terra Indígena Igarapé do Caucho, situada nos municípios de Tarauacá e Feijó, estado do Acre, é de domínio exclusivo do povo Kaxinawá, estando Regularizada conforme os seguintes documentos: Decreto n. 778, de 29 de outubro de 1991 - SEI nº 8339033 e Registro CRI Matr. 583 Lx 2-C Fl. 119 - SEI nº 8339032.

Declaramos ainda, que a Constituição de 1988 outorga aos indígenas e/ou suas associações a capacidade civil plena, ou seja, a aptidão para exercer direitos e contrair obrigações em seus próprios nomes, portanto, são os responsáveis pelo pagamento de preços públicos, taxas e/ou tarifas de serviços prestados em suas comunidades.

Esta autorização tem validade de 2(dois) anos, a contar de sua assinatura, condicionada à observância da legislação ambiental vigente, obtenção de outras autorizações e documentos (áreas, licenças, outorgas, etc) por parte do(s) responsável(is) técnico(s) pelos projetos e obras, junto aos demais órgãos competentes quando couber.

**JOENIA WAPICHANA**  
Presidente

Brasília-DF, 12 de março de 2025.

Documento assinado eletronicamente por Joenia Wapichana, registrada civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente, em 14/03/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 6.939, de 8 de outubro de 2011.

## AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS Nº 52/2025/COIC/CGPDS/DPDS-FUNAI

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução com um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A contratação destinada à Construção de Quadra Poliesportiva coberta na Comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, deverá ser realizada em estrita conformidade com o ordenamento jurídico aplicável às obras públicas, especialmente aquelas custeadas com recursos provenientes de transferência voluntária da União. A contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que se refere às regras específicas para obras e serviços de engenharia, abrangendo todas as fases do ciclo da contratação, desde o planejamento, passando pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do projeto básico e/ou executivo, do edital, até a execução, fiscalização, gestão e encerramento do contrato.

7.2 - Deverá ser assegurada a coerência técnica e jurídica entre o Estudo Técnico Preliminar, o projeto básico, o termo de referência e o instrumento convocatório, conforme previsto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, evitando inconsistências que possam comprometer a execução do objeto ou a legalidade do certame. A execução da obra deverá atender rigorosamente às condições, metas, etapas e cronograma estabelecidos no Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado com o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, bem como às orientações técnicas, operacionais e financeiras constantes do plano de trabalho aprovado e dos manuais e normativos expedidos pelo órgão concedente.

7.3 - A contratação deverá respeitar a legislação federal, estadual e municipal pertinente às obras públicas, incluindo normas urbanísticas, regras de uso e ocupação do solo, código de obras, posturas municipais e demais exigências administrativas aplicáveis, devendo ser obtidas previamente todas as autorizações e licenças necessárias. A execução da obra deverá observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis à construção civil, especialmente aquelas relacionadas a estruturas, fundações, sistemas de cobertura, instalações elétricas e hidráulicas, drenagem, desempenho das edificações, segurança e acessibilidade.

7.4 - Também deverão ser atendidas as exigências da legislação ambiental vigente, incluindo a Política Nacional do Meio Ambiente, devendo ser providenciada, quando aplicável, a regularização ambiental da obra junto ao órgão competente, bem como o cumprimento das condicionantes eventualmente estabelecidas. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho, garantindo condições adequadas de saúde e segurança aos trabalhadores, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

7.5 - A quadra poliesportiva a ser construída deverá atender às normas de acessibilidade vigentes, assegurando condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

reduzida, em observância à legislação específica e às normas técnicas correlatas. Por fim, a contratação deverá ser compatível com a dotação orçamentária disponível, com o cronograma físico-financeiro do convênio e com as regras de liberação, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos envolvidos.

7.6 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e das legislações pertinentes aplicáveis às edificações escolares, para execução de todos os serviços na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de atestado de capacidade técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Observância às diretrizes para obras educacionais padrão;
- j) Execução de todos os serviços remanescentes conforme projeto executivo aprovado, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro;
- k) Observância da Lei nº 14.133/2021, em especial quanto às regras aplicáveis às obras e serviços de engenharia, abrangendo a fase de planejamento, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do projeto básico e/ou executivo, do edital, da execução contratual, da fiscalização e da gestão do contrato.
- l) Cumprimento das normas e orientações do Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, especialmente aquelas constantes do instrumento de convênio, do plano de trabalho aprovado e dos manuais técnicos e operacionais aplicáveis à execução, fiscalização, medição e prestação de contas.

Página 7 de 67

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

- m) Cumprimento da legislação ambiental vigente, incluindo a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), bem como exigências de licenciamento ambiental ou dispensa, quando aplicável, conforme orientação do órgão ambiental competente;
- n) Observância da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, garantindo condições adequadas de saúde e segurança aos trabalhadores envolvidos na execução da obra;
- o) Atendimento à legislação de acessibilidade, em especial à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas correlatas, assegurando que a quadra poliesportiva seja acessível a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- p) Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- q) Dos serviços a serem executados, dos materiais e a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações do projeto, do memorial descritivo e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- r) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra está estabelecido no orçamento através do cronograma físico e financeiro;
- s) Convênio nº 942470/2023 (Ministério da Defesa – Programa Calha Norte) – requisitos e condicionantes previstos no instrumento, especialmente no que se refere à aplicação de recursos, prestação de contas e observância do plano de trabalho.

#### 7.6.1 - Requisitos Operacionais e Logísticos

- Disponibilidade de Equipamentos e Ferramentas: A contratada deverá dispor ou ter acesso comprovado a equipamentos e ferramentas compatíveis com as atividades previstas no projeto executivo.
- Fornecimento de Insumos: A empresa será responsável pela aquisição e fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e demais elementos necessários para a conclusão da obra, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias.
- Utilização de materiais certificados e de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas.

#### 7.6.2 - Requisitos Legais e Administrativos

- Regularidade Fiscal e Trabalhista: A contratada deverá apresentar certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como regularidade perante o FGTS e a Justiça do Trabalho.
- Garantia Contratual: Poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em até 5% do valor do contrato, para assegurar o fiel

cumprimento das obrigações assumidas.

- **Segurança do Trabalho:** A empresa deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho (NRs), garantindo condições adequadas aos trabalhadores durante a execução da obra.
- **Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental:** As atividades deverão ser conduzidas com atenção às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, minimizando impactos ambientais e promovendo a inclusão de mão de obra local, sempre que possível. A contratação observará os princípios da sustentabilidade, priorizando:
  - Redução de desperdícios na construção civil;
  - Uso eficiente de recursos e energia;
  - Previsão de coleta e destinação adequada de resíduos;
  - Estímulo à contratação de mão de obra local e inclusão produtiva.

#### 7.6.3 - Requisitos de sustentabilidade da contratação

7.6.3.1 - A contratação deverá incorporar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, considerando o ciclo de vida do objeto e a redução de impactos ambientais decorrentes da execução da obra. Nesse sentido, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- ✓ Utilização racional de recursos naturais, priorizando técnicas construtivas que reduzam o consumo de água, energia e matérias-primas, bem como o desperdício de materiais durante a execução da obra;
- ✓ Emprego, sempre que tecnicamente viável, de materiais e insumos com menor impacto ambiental, durabilidade adequada, procedência regular e conformidade com normas técnicas e ambientais;
- ✓ Previsão de soluções que favoreçam a eficiência energética da edificação, especialmente em razão da cobertura da quadra, buscando ventilação natural, iluminação natural e redução da necessidade de consumo energético artificial;
- ✓ Priorização de soluções construtivas que assegurem maior vida útil da edificação, menor necessidade de manutenção corretiva e menores custos de operação ao longo do tempo, promovendo a sustentabilidade econômica do investimento público;
- ✓ Observância de condições de trabalho dignas, seguras e regulares para os trabalhadores envolvidos, contribuindo para a sustentabilidade social da contratação;
- ✓ Consideração de aspectos de logística e execução compatíveis com a realidade da Comunidade do Caucho, reduzindo impactos negativos decorrentes do transporte de materiais e da mobilização de equipamentos.

Página 9 de 67

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

7.7 - Esses requisitos legais e de sustentabilidade visam assegurar que a contratação atenda não apenas às exigências normativas, mas também aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da economicidade e do interesse público, garantindo que a obra produza benefícios duradouros à comunidade atendida.

7.8 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2021 e outros pertinentes definidos no edital.

### **7.9– Subcontratação**

7.9.1 – Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes do serviço, mediante justificativa técnica, vedada a subcontratação total do objeto.

7.9.2 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.3 – Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.9.4 – Qualquer subcontratação feita sem autorização escrita do contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

7.9.5 – A critério do fiscal do contrato, a contratada exigirá de seus subcontratados documentos equivalentes a habilitação técnica da contratada solicitada na etapa de habilitação do processo licitatório originário desta contratação que servirão para avaliar a capacidade técnica da subcontratada, a qual será juntada aos autos do processo correspondente.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

7.9.6 – Caso seja autorizada a subcontratação, o fiscal exigirá que a contratada apresente cópia da ART / RRT dos serviços a serem realizados pela empresa subcontratada, mantida a responsabilidade solidária da contratada.

### **7.10- Garantia da Execução Contratação**

#### **a. Da Garantia de Execução Contratual**

**I -** Como garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

1. Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.
2. Carta de Fiança Bancária.
3. Seguro Garantia.

#### **II -** A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

4. Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
5. O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 12 (doze) meses, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
6. A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).
7. A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.
8. A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.
9. Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

**10.** No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à Prefeitura Municipal de Tarauacá.

**11.** No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate.

**12.** Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.

**13.** No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

**14.** A carta de fiança deve ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

- Cópia autenticada do estatuto social do banco;
- Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

**15.** Se a modalidade escolhida for o Seguro Garantia, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.
- A apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários.
- A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à contratada.
- A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

- A apólice deve observar as circulares nº. 232/2003, 251/2004, 255/2004 e 256/2004 da SUSEP e aquelas que porventura venham complementá-las ou substituí-las.
- Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice.
- O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.

**16.** Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato.
- Objeto a ser contratado, especificado neste Edital.
- Nome e número do CNPJ do SEGURADO (Prefeitura Municipal de Tarauacá).
- Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora).
- Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

**17.** As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a Prefeitura Municipal de Tarauacá como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

**18.** Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na minuta deste Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento a Prefeitura Municipal de Tarauacá.

**19.** A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Tarauacá, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

**20.** Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

**21.** A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente.

**22.** É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

**23.** A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

**24. O prazo para apresentação da garantia será de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021. As demais ficam o prazo contado de até 10 (dez) dias a contar da data de homologação da licitação.**

**25.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021.

**26.** O CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.

**27.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, a Contratada, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

#### **DA GARANTIA ADICIONAL DO LICITANTE**

**28 -** No caso em que a proposta apresente valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser exigida garantia adicional de propostas em montante equivalente à diferença entre o preço proposto e o valor de referência da licitação, no ato da contratação.

#### **7.11 - Vistoria**

**7.11.1 -** As empresas interessadas, por meio de um representante, deverão contatar o (s) responsável (eis) da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPL, entidade responsável pela fase interna da licitação, para efetuar a visita técnica ao local de execução dos serviços, de modo a constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não podendo alegar, à posteriori, desconhecimento de qualquer fato.

**7.11.2.** As visitas técnicas deverão ser agendadas com antecedência junto à Secretaria Municipal de Planejamento- SEMPL, podendo a visita ocorrer em até 3 (três) dias úteis anterior à data da Sessão Pública de abertura das propostas.

**7.11.3.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, horário de expediente, devendo o agendamento

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

ser efetuado via e-mail: [planejamentotarauaca@gmail.com](mailto:planejamentotarauaca@gmail.com) ou com documento protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000. Na oportunidade da visita, os interessados poderão conhecer detalhadamente o local da obra, obtendo esclarecimentos, cópia de documentos, bem como poderão apresentar questionamentos; quando será fornecido pelo Município Atestado de Visita Técnica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.11.4. **A visita não é obrigatória**, mas aquele que optar por não a realizar firmará, através de qualquer profissional designado pela licitante, termo de que tem ciência das condições para execução do serviço, assumindo expressamente as consequências do ato, e que não alegará posteriormente desconhecimento das informações e condições locais. O Município sugere que a declaração seja preenchida conforme modelo contido no anexo do edital, entretanto, não será inabilitada a licitante que apresentar documento diverso, desde que contenha a manifestação de conhecimento das condições inerentes a realização do serviço.

7.11.5. A empresa participante deverá apresentar nos documentos de habilitação a vistoria que trata o item 7.11.1. ou a declaração de pleno conhecimento das instalações e demais que trata o item 7.11.4, sob pena de **INABILITAÇÃO**.

7.11.6 - Para um melhor esclarecimento da situação dos serviços que serão executados, as licitantes poderão fazer uma visita técnica no local da referida obra, antes da apresentação das propostas. Mediante ao surgimento de qualquer tipo de dúvida em relação aos detalhes construtivos, serviços discriminados, dupla interpretação ou informação considerada omissa nestas.

## 7.12 – Das Condições para Participação

7.12.1 - A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

7.12.1.1- Poderão participar desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA os interessados que:

7.12.2.1 - Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.12.2.2 - Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

7.12.2.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive

os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.12.2.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.2.5 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **7.12.3- Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação**

7.12.3.1 - Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

7.12.3.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.12.3.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.12.3.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.12.3.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.12.3.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.12.3.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.12.3.8 - Tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

7.12.3.9 - A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

7.12.3.10 - Estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado;**

7.12.3.11 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição

7.12.3.12 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.12.3.13 - Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

7.12.3.14 - O impedimento de que trata o **item 7.12.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

7.12.3.15 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 7.12.3.2 e 7.12.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

7.12.3.16 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

7.12.3.17 - O disposto nos itens **7.12.3.2 e 7.12.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.12.3.18 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## 7.13 - Da Participação De Consórcio

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

7.13.1 - A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela.

7.13.2 – Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, caput da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a autuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

7.13.3 – A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção, não exige qualificação distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

#### **7.14 - Da Participação De Cooperativas**

7.14.1 - Não se aplica.

### **8- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **8.1. Condições de execução**

8.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica;

**8.1.2. Início da execução do objeto: O prazo de execução da referida obra será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de início na Ordem de Serviço. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC.**

8.2. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de assinatura do contrato.

8.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato conforme o disposto no Art. 111, da Lei 14.133/2021.

8.4 - No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

8.5 - A ASSINATURA DO CONTRATO deverá ser firmada após formalização do Termo de adjudicação e homologação do presente objeto contratual, fazendo jus a data de validade da proposta. **Findo o processo licitatório, a contratada tem prazo de 3 (três) dias úteis para assinatura do contrato, a contar da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.**

8.5.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante via e-mail da contratada com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[três]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

8.6 - A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

8.7 - O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

8.8 - No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

8.9 - Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

8.10 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente desde que haja justificativa plausível dada pela empresa, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.

## **9- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.4 - O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.6 - A contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.7 - A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.8 - Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.9 - A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.10 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.11 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.12 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.13 - Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**9.14- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.**

#### **Preposto**

9.15 - O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

9.16 - O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

9.17 - O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

9.18 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **10 - FISCALIZAÇÃO**

10.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

10.2 - A execução do objeto contratado será supervisionada e acompanhada pela Assessoria Técnica da Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá; A gestão do contrato será efetuada pela Secretaria requisitante.

10.3 - A execução, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços serão de responsabilidade de servidor indicado pelo Gabinete do Secretário na condição de representante da Prefeitura Municipal de Tarauacá, o qual serão nomeados **‘gestor do contrato’** e **“fiscal do contrato”**, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:

10.3.1 Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

10.3.2 Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;

10.3.3 Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;

10.3.4 Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos, se necessário e devidamente justificado;

10.3.5 Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

10.3.6 Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

10.3.7 Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

10.4 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

10.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

10.6 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

10.7 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

10.8 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

10.9 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração devidamente designados nos termos do art. 117, da lei 14.133/21, tendo suas Portarias de nomeação publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre (DOE/AC).

## **11 - FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

11.1 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.2 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.3 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.4 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.;

11.6 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

## 12 - FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

12.1 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

## 13 - GESTOR DO CONTRATO

13.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 14 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 - O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

14.2 - Avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento o Boletim de Medição e seus anexos (relatório fotográfico e memória de cálculo);

14.3 - As medições dos serviços executados serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão dos serviços, independente do período mensal.

14.4 - As medições mensais dos serviços executados serão efetivadas pelo Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá, responsável pela fiscalização.

14.5 - Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

14.6 - A medição final, bem como o Termo de Recebimento dos serviços serão elaborados pelo Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura de Tarauacá e pelo Secretário titular da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer quando concluídos todos os serviços.

14.7 - As medições acompanhadas de cronograma físico-financeiro devidamente atualizados, deverão ser encaminhadas pelo Eng.º Fiscal à Secretaria que será nomeado antes da emissão da OS.

**14.8 - No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo município de prestação do serviço que no presente caso é a cidade de Tarauacá - AC.**

14.9 - O cronograma físico-financeiro, poderá ser alterado mediante aprovação da fiscalização do Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura Municipal Tarauacá após anuência expressa da direção-geral da Prefeitura Municipal de Tarauacá;

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

14.10 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com quantidade inferior à demanda;
- d) A utilização do Boletim de Medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

## 15. DO RECEBIMENTO

15.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.3. A contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

15.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

15.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

15.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

15.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

15.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.11. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

15.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,

devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

15.17. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.18. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.19. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.20. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**15.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.**

15.24. Independentemente da vigência do contrato, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

## **16. - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.2.- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando - se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

16.5.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

16.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.9. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

16.10. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

16.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

16.14.1. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.14.2. Poderá o Contratante, após efetuar a análise das Notas Fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

16.14.3. Neste caso, a Contratada será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

16.14.4. A Contratada poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

16.14.5. Caso a Contratada não apresente impugnação à glosa pretendida, ou caso o Contratante não acolha as razões da impugnação, os valores da glosa serão deduzidos da respectiva Nota Fiscal.

16.14.6. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela Contratada, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

16.14.7. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

16.15. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após o vencimento da fatura, observado o prazo de 02 (dois) meses previsto no Art. 137, §2º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} = I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

VP = Valor da parcela em atraso

16.16- Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

16.17- Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

16.18 - A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

16.19 - Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

16.20. Eventual renúncia expressa a reajuste deverá especificar o prazo e a parcela do objeto do Contrato submetidos à renúncia.

16.21 - Para o pagamento deve ser apresentada a seguinte documentação.

a. Requerimento da empresa;

b. ART's – Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual

ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;

- c. Boletim de medição (espelho da medição);
- d. Memória de cálculo da medição;
- e. Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital;
- f. Via do Diário de Obras do respectivo período de medição;
- g. PCMAT – Ministério do trabalho e Emprego (com 20 trabalhadores ou mais, contemplando as exigências contidas na NR 9 – programa de Prevenção e Riscos Ambientais); PPRA – Para as empresas com menos de 20 funcionários, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- h. PCMSO e LACAT, quando for o caso, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- I) Certidão Negativa de Débitos com o INSS – para ingresso da solicitação da última medição; Baixa da matrícula da CEI – Cadastro do INSS (última medição) ou em até 90 dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório;
- j) Certidões de regularidade fiscal; (federal, estadual e municipal);

**De forma Impressa** – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via original de cada documento supracitado, com todas as páginas rubricadas e assinada em campo específico com as informações do seu responsável técnico pela elaboração.

**De forma digital** – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via digital de cada documento em formato PDF, no e-mail definido pelo fiscal do contrato. Os Documentos devem vir assinados por meio de assinatura eletrônica no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme subitem 1.6.2 da NR 01.

16.22. A CONTRATADA solicitará ao CONTRATANTE a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos e aprovados os serviços pela fiscalização do contrato e pela engenharia, a CONTRATADA, conforme cláusulas anteriores, apresentará nota fiscal de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE.

16.23 - Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme art. 145, da Lei Nº 14.133/2021

## **17 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

17.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRENCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Exigências de Habilitação**

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

17.2 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação Jurídica**

17.3 - Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual; e/ou

17.4 Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, em se tratando de sociedade empresária;

17.5 Termo de Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (quando houver a participação através de consórcio).

17.6 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

17.7 Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

17.8 Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.9 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

17.10 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.11 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.17 - Declarações:

**17.17.1** - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (Fundamento: Art. 68, VI – documento relativo à habilitação fiscal, social e trabalhista);

**17.17.2** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Declaração de Visita), (Fundamento: art. 67, inciso VI c/c § 2º e § 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021 - documento relativo à qualificação técnica).

**17.17.3** Entre outras declarações pertinentes, ficando a critério da Comissão de Contratação.

### **17.18 - Qualificação Econômico-Financeira**

17.18.1 - Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, expedida nos últimos 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

17.18.1.2 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

17.18.2 – Apresentar o Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#). É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

**a.1)** O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

17.18.2.1 - O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

17.18.2.2 - O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

17.18.2.3 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

17.18.2.4 - O Agente de Contratação poderá enviar o processo licitatório ao setor técnico pertinente, para manifestação sobre a situação da qualificação econômico-financeira, a ser proferida por profissional da área de contabilidade.

### **Qualificação Técnica**

17.19 - A qualificação técnica da licitante vencedora será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais **DEVERÃO SER APRESENTADOS JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, no ato do certame:

**a)** Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) profissional(is): Engenheiro Civil ou Técnico Equivalente, na entidade profissional competente. **Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto da entidade profissional competente.**

a.1) Caso o registro ou inscrição do(s) profissional(ais) acima esteja(m) no descritos na entidade profissional da licitante, não há a necessidade de apresentar o registro ou inscrição individual(ais) desse(s) profissional(ais).

a.2) Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros.

a.3) Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.

a.4) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

b) Para fins de **habilitação técnico-profissional**: comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado(s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente certificados pela entidade profissional competente**, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas **conforme constante a seguir**:

Item	Discriminação
11.4	Trama De Aço Composta Por Terças Com Perfil Cenrijecido C127x50x17x2.25mm
11.6	Telhamento Com Telha De Aço/Alumínio E = 0,5 Mm, Com Até 2 Águas, Incluso Içamento.
12.2	Piso Em Concreto 20 Mpa Preparo Mecânico, Espessura 7cm, Com Tela 10x10cm, Acabamento Polido

**b.1) A comprovação de vínculo profissional se fará:**

- a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou
- c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou;
- d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou;
- e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

IMPORTANTE: O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço objeto da licitação, o qual terá a respectiva ART(s) ou documento equivalente emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**c) Para fins de habilitação técnico-operacional. (Pessoa Jurídica)**

c.1) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do

licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; **ou**.

c.2) **Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado**, devidamente certificados pela entidade profissional competente, desde que esta identifique como CONTRATADA a própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo:

Item	Discriminação	Unid.	Quantidade
11.4	Trama De Aço Composta Por Terças Com Perfil Cenrijecido C127x50x17x2.25mm	Kg	1.319,73
11.6	Telhamento Com Telha De Aço/Alumínio E = 0,5 Mm, Com Até 2 Águas, Incluso Içamento.	m <sup>2</sup>	363,17
12.2	Piso Em Concreto 20 Mpa Preparo Mecânico, Espessura 7cm, Com Tela 10x10cm, Acabamento Polido	m <sup>2</sup>	311,60

**Observações IMPORTANTES quanto aos atestados e itens de maior relevância:**

a) Solicita-se, que na apresentação dos atestados, grife ou destaque os itens de maior relevância conforme solicitado acima. Esta solicitação facilita a verificação por parte da equipe técnica do Município, e da celeridade ao processo.

b) No que diz respeito a “serviços compatíveis ou características semelhantes” a empresa deverá observar a especificação técnica na qual os serviços realizados e materiais empregados respeitam as normas técnicas dos itens de maior relevância.

c) Para o item c.1) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

d) Os atestados para a comprovação de aptidão técnico operacional (item c) somente serão aceitos se estiverem em nome da LICITANTE, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação ou alteração da razão social, quando devem ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial as que se referem ao acervo técnico que deverão ser consideradas na LICITAÇÃO.

Obs.: Para melhor entendimento das unidades de medida e discriminação dos serviços, poderá ser consultado as **planilhas orçamentárias**.

**Notas:**

I - A fim De comprovar as informações contidas nos atestados de capacidade de capacidade técnica operacional, apresentados, poderá ser solicitado das licitantes, cópia do contrato que deu origem ao referido atestado, e/ou das certidões de acervo técnico (CAT), como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

II - Para fins de qualificação técnico-operacional, **será vedada a apresentação de CAT Sem Registro de Atestado ou CAO Sem Registro de Atestado. Será vedada a apresentação de Atestado que não estão em conformidade com a RESOLUÇÃO Nº 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014 do CAU/BR e/ou RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023 do CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA.**

III - Em se tratando de CREA, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT;

IV - Em se tratando de CAU, deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico com Atestado – CAT-A, conforme art. 11 da Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014 do CAU/BR.

**d) Relação De Equipe Técnica Mínima**

a) A licitante deverá por meio de declaração formal, informar que disporá da seguinte relação de equipe técnica mínima:

Item	Discriminação
1	Engenheiro Civil ou Arquiteto
2	Engenheiro o Técnico de Segurança do Trabalho

**OBSERVAÇÃO: Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor dos atestados e/ou certidões, registros de qualificação técnica apresentados, bem como, quaisquer outros pertinentes.**

17.20 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

17.21 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**17.21.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência e edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**

17.22 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

17.22.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

17.22.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

17.23 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.24 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda, observado o prazo disposto contido pelo edital.

**17.25 – O Agente de Contratação encaminhará os documentos de habilitação da Qualificação Técnica à Secretaria Mun. De Planejamento, para análise e parecer técnico, a ser proferida por profissional da área de engenharia.**

## **18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

18.1 - O valor global estimado corresponde a de **R\$ 900.697,09 (novecentos mil, seiscentos e noventa e sete reais e nove centavos)**. Sendo o valor de **R\$ 899.697,09 (oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e nove centavos)** com recursos da união, e **R\$ 1.000,00 (um mil reais)** com contrapartida do município.

Área Construída: 867,36 m<sup>2</sup>  
Custo da Obra Sem BDI: R\$ 746.722,84  
BDI Adotado Obra: 20,62%  
Leis Sociais Desoneradas 115,79%  
Custo Total da Obra: R\$ 900.697,09

Custo por m<sup>2</sup>: 1.038,44/m<sup>2</sup>

18.2 - A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a referência principal para a elaboração de orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado pela Caixa Econômica Federal em seu sítio eletrônico. Na falta da composição referenciada pela Tabela SINAPI, deverá conter a pesquisa de preços, conforme citado no Art. 41, §1º, do Decreto nº 129, de 26 de dezembro de 2023.

18.3 - Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima foram criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, bem como o cálculo dos coeficientes, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços praticados no mercado local, por intermédio de comprovação por meio de documentos fiscais ou orçamentos prévios.

## 19 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Termo de Compromisso e Recursos Próprios.

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

**Proj. /Ativ.: 2.373 – Construção de Quadra Poliesportiva na Comunidade Indígena do Caucho**

Elemento de Despesa: 44.90.51.00 – Obras e Instalações

Fonte: 1.700.00.0000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União / R\$ 899.697,09

1.500.00.000 - Recursos Não Vinculados De Impostos / R\$ 1.000,00

## 20. DA PROPOSTA DE PREÇOS

20.1 A proposta de preços (PP) é aquela em que consta o valor global, proposto pela empresa Licitante, para execução dos serviços relacionados no Resumo. **Todos os arquivos devem estar em formato PDF. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico.**

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

20.2 - Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

20.3 – Ao oferecer sua proposta, o licitante deverá observar rigorosamente a quantidade ofertada para o item será igual a 1, em razão da disputa pelo preço total da obra adotado para esta licitação. A descrição do objeto contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico. Os preços serão considerados com no máximo 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração correspondente às terceira e quarta casas decimais, (por exemplo: preço ofertado de R\$ 5,3256, será considerado como R\$ 5,32). Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**20.4 - A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do certame.**

20.5 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas, em especial ao estabelecido no Projeto Básico.

20.6 - Além da proposta, a licitante também deverá elaborar Planilha de Quantificação e Orçamento Global, cronograma físico- financeiro, Composição dos encargos sociais (ES) utilizados no orçamento, detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e a Proposta Detalhada, onde deverão constar:

20.6.1 - Razão social da empresa e nº da inscrição no CNPJ/MF;

20.6.2 - Endereço completo, número de telefone e e-mail para contato;

20.6.3 - Dados bancários da empresa (banco, agência e conta - corrente);

20.6.4 - Dados do representante legal que assina a proposta;

20.6.5 – Dados de quem assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil – Para licitante vencedor);

20.6.6 - O preço global da proposta, bem como a indicação dos quantitativos e dos custos unitários e totais para cada tipo de serviço a ser prestado, nos termos do Projeto Básico.

**Observação: Fazer referência se a empresa é OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL, dentre outros benefícios.**

20.7 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Tarauacá. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

20.8 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

20.9 - O Licitante deverá apresentar conjuntamente com a sua proposta de preços, sob pena de desclassificação, os seguintes Planilhas: Composição de Custo Horário de Serviços, Composição de Custo Horário de Equipamentos, Composição de Encargos Sociais e de Bonificação de Despesas Indiretas.

**20.10** - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 20.10.1 Contiver vícios insanáveis;
- 20.10.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 20.10.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 20.10.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 20.10.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do termo de referência, edital ou seus anexos, desde que insanável.

### **Da exequibilidade da proposta**

20.11- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

20.12 - No caso em que a proposta apresente valor inferior a 75% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, onde consta o inciso IV, que seja permitido que o proponente demonstre a exequibilidade de sua proposta;

20.13 - Essa demonstração pode ser, no ato da entrega da planilha orçamentária adequada ao desconto ofertado, uma declaração de exequibilidade da proposta, informando:

20.13.1 - Declaração expressa da Licitante de estarem incluídos nos preços de todos os custos de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte, necessários à execução dos trabalhos e quaisquer despesas com canteiro de obra, galpões, depósitos, escritórios, e despesas, tais como impostos, taxas e seguros de

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Administração Municipal, bem como, justificativa de obras similares já executadas, fotografias do estoque do material, dentre outros.

20.13.2 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta através de planilha de composição de custos, notas fiscais de insumo, contratos anteriores, registros fotográficos, comprovantes de que o licitante possui condições especiais (descontos de fornecedores, estrutura própria, menor carga tributária etc.) bem como outros que justifiquem o preço ofertado.

20.13.3 - Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão comprovar: a) que os custos da execução do objeto para Administração sejam inferiores ao valor da proposta ofertada; e

20.14 - A comprovação da exequibilidade do valor ofertado poderá ser solicitada em conjunto com a proposta readequada ao valor final e demais documentos necessários para comprovação da exequibilidade.

20.15 - Será considerada inexecuível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, materiais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

### **Da Diligência**

20.16 - Durante as fases de julgamento das propostas e de habilitação, a comissão de contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

20.17 - A comissão de contratação **poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

20.18 - Havendo dúvida quanto à composição de preço apresentada, a Comissão de Contratação poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados;

20.19 - Identificado erro grave na composição dos preços, que possa comprometer a prestação dos serviços, inclusive no que tange à eventual inexecuibilidade do preço, a Comissão de Contratação recusará a proposta da empresa.

### **DA GARANTIA DE PROPOSTA**

20.20 - **A licitante, no momento da apresentação da proposta, deverá apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.**

20.21 - A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

20.22 - A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

20.23 - Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

20.24 - A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

## **21 DA CLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES**

21.1 - A classificação das LICITANTES far-se-á em ordem crescente dos valores, sendo declarada vencedora a LICITANTE cuja proposta atenda a todas as exigências editalícias e que ofertar o menor preço. Será desclassificada a proposta cujo preço for superior ao orçado pela Administração.

21.2 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço unitário, global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**21.3** - Caso, o licitante tenha dificuldades em elaborar a proposta final exatamente conforme o valor do lance ofertado poderá ajustá-la com “valor para baixo”, menor valor.

**21.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.**

## 22 DO REAJUSTE

22.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês agosto do ano de 2024.

22.2 - Para fins de reajustamento de preços em contratos administrativos, estes estarão vinculados ao transcurso de prazo de 01 (um) ano, a contar da data-base do orçamento (para o primeiro reajuste) e 01 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes seguintes), sob pena de preclusão do direito.

22.3 - Decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento, o reajuste será realizado de acordo com a aplicação do índice Nacional de Custos da Construção do Mercado (INCC —DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas, na hipótese de o serviço não possuir variação por outro índice setorial.

22.4 - O reajuste dos preços contratuais será calculado de acordo com a variação dos valores dos índices - INCC - Índice Nacional de Custo de Construção, cujo reajuste do valor contratual será calculado a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_i - I_0) \times V}{I_0}$$

Onde:

*R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;*

*I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;*

*I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;*

*V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.*

22.5 – Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

22.5.1 - Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no item 22.4 deste Termo, obedecendo-se os seguintes critérios:

22.5.2 - Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

22.5.3 - Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

22.5.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.5.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.5.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

22.6. O pedido de solicitação de reajuste deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao engenheiro de fiscalização da obra.

22.6.1. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

22.6.2. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

22.7 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

22.8 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

22.9 - **O reajuste será realizado por apostilamento.**

22.10 - O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste pela CONTRATADA não afastará o direito de pleiteá-lo a qualquer tempo, mas a concessão

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

somente produzirá efeitos financeiros futuros, ou seja, em relação aos serviços ainda medidos, mesmo que já executados.

22.11 - A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

### **Cessão de Crédito**

22.12 - As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

22.12.1 - A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

22.12.2 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

22.12.3 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

22.12.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

22.13 - O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **23 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

23.1 - A empresa CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços com os mesmos padrões e especificações daquelas constantes neste Projeto Básico e seus anexos, sob pena de não aceitação dos mesmos.

23.2 - A empresa CONTRATADA fornecerá a Prefeitura Municipal de Tarauacá todas as informações relacionadas ao serviço executado e disponibilizará todos os meios necessários à comprovação da qualidade;

23.3 - A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para atendimento às exigências da Fiscalização da CONTRATANTE;

23.4 - Todas as atividades deverão ser executadas por empregados devidamente qualificados para a prestação dos serviços demandados;

23.5 - Os serviços contratados deverão ser executados sob exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, em consonância com as cláusulas e condições do objeto a ser executado, além das obrigações previstas no edital, incluindo todos os ônus relativos a:

I. Direção, controle geral e responsabilidade técnica da obra;

II. Engajamento de mão-de-obra, especializada e/ou não, para o bom desempenho e qualidade da obra;

III. Fornecimento dos materiais necessários para execução da obra, de acordo com as especificações do CONTRATANTE;

IV. Seguro de acidente de trabalho e a Previdência Social da aludida mão-de-obra;

V. Responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais causados ao Estado, ou a terceiros, na execução desses serviços, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, diretos ou indiretos, pelos ressarcimentos ou indenizações devidas;

VI. Pagamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, salários, férias, indenizações trabalhistas e todas e quaisquer outras obrigações legais, relativas à mão-de-obra engajada;

VII. Obtenção de licenças e alvará perante as repartições competentes, bem como, pagamento de todos os impostos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente contrato e seus eventuais aditivos;

VIII. Seguir as normas de segurança e medicina do trabalho.

IX. Empregar materiais segundo as exatas especificações contidas no Memorial Descritivo e reparar, às suas expensas as obras que vierem a ser recusadas, estabelecendo-se, para tanto, prazos e condições da recusa e do reparo, bem como as penalidades cabíveis na hipótese de descumprimento.

23.6 - A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

23.7 - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

23.8 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

23.9 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**23.10- A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, conforme art. 43 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.**

23.11 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.12 - A CONTRATADA terá a obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz, conforme Art. 92, inc. XVII da Lei 14.133/2021.

23.13 É estritamente necessária a apresentação das ART'S referentes aos serviços da obra, antes do início dos serviços. Ela deve estar devidamente carimbada pelo órgão responsável e deve ser mantida no canteiro de obras durante todo o período de execução dos serviços, a fim de estar sempre disponível para a Fiscalização.

23.14 - Manter à disposição da fiscalização, nos locais dos serviços e apresentar sempre que exigidos, os seguintes elementos:

- b.1)** Livro de ocorrência diária;
- b.2)** Projetos e/ ou discriminações técnicas;
- b.3)** Registro das alterações realizadas;
- b.4)** Cópia do registro da ART junto ao CREA/AC, e demais documentos relativos à segurança dos serviços e exigências municipais

23.15 - Cabe à Contratada as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra.

**23.16 - Manter no local da obra engenheiro responsável, encarregado geral e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços;**

23.17 - Colocar placas indicativas no local onde será realizado os serviços, conforme legislação vigente;

23.18 - Manter diário de obra atualizado à disposição da fiscalização;

23.19 - A Contratada deverá manter até a entrega final da obra, a vigilância do local e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos, decorrentes dos materiais, equipamentos e outros pertinentes no local da obra.

23.20 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;

23.21 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante e à fiscalização, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos do objeto contratado.

23.22 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

23.23 - Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;

23.24 - Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local da obra durante toda a execução e até final, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreção resultante da execução ou do material empregado.

23.25 - Providenciar, por sua conta, todos os materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive transporte e logística até o local da obra.

23.26 - Obedecer rigorosamente ao cronograma físico-financeiro aprovado pela administração, apresentando, quando solicitado, relatórios de andamento da obra.

23.27- Notificar com antecedência qualquer eventualidade que possa comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, para análise e deliberação da contratante.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

23.28- Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução da obra, com registro no CREA e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) devidamente emitida e atualizada.

23.29 - Atender às exigências dos órgãos de controle e fiscalização, incluindo o TCU, TCE e Ministério Público, sempre que solicitado.

23.30 - Garantir condições adequadas de segurança, saúde e higiene para os trabalhadores, conforme a legislação vigente (NRs – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho).

23.31 - Preservar o meio ambiente, evitando danos à vegetação nativa, ao solo e aos recursos hídricos locais, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis, quando for o caso.

23.32 - Executar os serviços com elevado padrão de qualidade, sendo responsável pela correção de eventuais vícios ou falhas que venham a ser constatadas, inclusive no período de garantia da obra.

23.33 – Manter os contatos telefônicos e e-mails disponibilizados na proposta comercial, caso tenha atualização, informar a CONTRATANTE. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas. As partes reconhecem o e-mail como meio oficial de comunicação para envio de ordens de serviço, notificações, solicitações e outras comunicações, sendo o e-mail cadastrado de inteira responsabilidade da Contratada. Qualquer alteração nos dados de contato (e-mail, representante, telefone) deverá ser comunicada formalmente à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência da mudança. A inobservância desta obrigação, que resulte no não recebimento de notificações ou comunicações, não eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais, considerando-se válidos os atos praticados no e-mail antigo. O descumprimento injustificado desta cláusula sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa por descumprimento de cláusula contratual e, em casos reincidentes que causem prejuízo, impedimento de licitar e contratar.

**23.34 - Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;**

23.35 – A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

23.36 – A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de

readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

**23.37 - A empresa contratada deverá ter o cadastro e registrar os boletins de medição no Transferegov.br; e**

23.38 - O registro do boletim de medição pela empresa contratada e o ateste pelo fiscal do conveniente, no Transferegov.br, são condições para o conveniente realizar o pagamento da parcela;

23.39 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

23.40. Ao final da obra, a CONTRATADA será obrigada (Espec. Técnica, item 2.7, pg. 04) a apresentação da guia de recolhimento das obrigações com o INSS, como também, os documentos relacionados à obra:

- Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS;
- Certidão de Quitação do ISS, referente ao contrato.

## **24 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

24.1. Além das estabelecidas no termo, edital e seus anexos, bem como neste contrato, constituem obrigações da contratante:

- a. Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços.
- b. Liberar as áreas destinadas ao serviço.
- c. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.
- d. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.
- e. Pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas.
- f. Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e em legislação pertinente.
- g. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas no Edital e neste Contrato.

- h.** Rejeitar os serviços executadas em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.
- i.** Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO/CONTRATANTE, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.
- j.** Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato.
- k.** Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.
- l.** Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços.
- m.** Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.
- n.** Fornecer uma via original assinada deste Contrato à CONTRATADA tão logo esteja assinado pelas partes ou assim que seja providenciada sua publicação na Imprensa Oficial, se for o caso.

24.2 - Designar a gestão do contrato e a fiscalização da obra junto à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Mediante a contratação dos serviços, a Prefeitura Municipal Tarauacá se obriga a:

- a.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital;
- b.** Promover através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- c.** Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- d.** Informar à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da Contratada;
- e.** Aplicar as sanções previstas na Lei e no Contrato.

24.3 Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS, CNEP, SICAF e ao CNJ, por ocasião da celebração de contrato, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas às necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas;

## **25 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

25.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

25.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

25.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

25.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

25.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

25.1.2.4. Deixar de apresentar amostra (quando for o caso);

25.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

25.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

25.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

25.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

25.1.5. Fraudar a licitação;

25.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

25.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei e der a inexecução parcial do contrato;

25.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento e der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada e der causa à inexecução total do contrato;

25.1.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;

25.1.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

25.1.6.6 - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

25.1.6.7 – Em caso de rescisão por inexecução total do objeto.

25.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

25.2.1. Advertência; quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste Contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

25.2.2. Multa; (Sanção pecuniária aplicada a cada infração, com valores que podem variar, como a multa moratória por atraso na execução ou a multa compensatória.)

25.2.3. Impedimento de licitar e contratar; (Exclusão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública por até 3 anos, aplicável a nível do ente federativo) e

25.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. (A sanção mais grave, podendo durar até 6 anos e com efeitos em todo o território nacional.)

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

25.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

25.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

25.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

25.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

25.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% ao incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

25.4.1. Para as infrações previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

25.4.2. Para as infrações previstas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7, 25.1.8 e seus subitens, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

25.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7 e 25.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e

25.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 25.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

25.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

25.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

25.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

25.14. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao contratante.

25.15 . Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

25.16 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

25.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, diário oficial do estado do Acre, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

25.17.1- Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

25.18 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

25.19 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25.20 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

25.20.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25.21 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

25.22 Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **26. DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

26.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas no Art. 137 e 138 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

### **DOS MOTIVOS**

26.2 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.3 -O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.4 A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

26.5 Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

26.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

### **DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## **27 - DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS**

27.1 - Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao dirigente do CONTRATANTE, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

27.2 - Os serviços concluídos poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, a critério do CONTRATANTE pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

27.3 O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

- a. os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.
- b. os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores a 90 dias.

27.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

27.5 Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o dirigente do órgão CONTRATANTE designará servidor ou comissão com no mínimo 02 (Dois) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

27.6 O RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ocorrer em no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir do decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos desse contrato.

27.7 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

27.8 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

27.9 Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, conforme procedimentos descritos na cláusula deste Contrato que trata de garantias.

## **28 DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

28.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto da contratação.

a) A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

b) A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

- c) A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- d) A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- e) A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros, durante o cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- f) A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- g) A Contratada não será permitida deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.
- h) A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- i) A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- j) A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- k) A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto deste instrumento contratual, fica obrigado a assumir total responsabilidade e o ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo ocorrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- l) A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante, para os assuntos relacionados à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.
- m) O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial em contrário.

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

28.2 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequentemente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

## **29 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

29.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

29.2 - A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).;

29.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **30-D A RESCISÃO CONTRATUAL**

30.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

30.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

30.3 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas

30.4 - Em caso algum a Administração Pública pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

### **31- DA NULIDADE DO CONTRATO**

31.1 - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

- I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- III - motivação social e ambiental do contrato;
- IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

31.1.1 - Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

31.2 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

31.2.1 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

31.2.2 - Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

31.3 - A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros

Página 63 de 67

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

31.4 - Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

## **32. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

32.1 - A empresa deverá registrar a Responsabilidade Técnica do acompanhamento da obra no CREA/AC ou CAU/AC, discriminando no campo destinado a Descrição dos Serviços, as atividades pelas quais o profissional é responsável.

32.2 - A CONTRATADA deverá efetuar o registro do contrato no CREA/AC ou CAU/AC.

32.3 - As despesas de qualquer registro no CREA/AC ou CAU/AC e em outros órgãos necessários a regularidade da execução do objeto deste Projeto Básico, correrão por conta da CONTRATADA.

32.4 A Implantação da obra objeto deste Projeto Básico pela CONTRATADA será realizada em conformidade com as normas em vigor e deverá estar registrada no CREA/AC ou CAU/AC.

32.5 - A Prefeitura Municipal de Tarauacá emitirá a Ordem de Serviço 01 (OS 1) para execução dos trabalhos à CONTRATADA, logo após a assinatura do Contrato num prazo máximo de 10 dias, cujos serviços deverão ser iniciados imediatamente para cumprimento dos prazos estipulados neste Projeto Básico.

## **33. DA ANÁLISE / MATRIZ DE RISCO**

33.1 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos deste Objeto, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

33.1.1 - Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

33.1.2 - As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

33.1.3 - As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

33.1.4 - As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

33.1.5 - Outras informações relevantes.

33.2 - Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

33.3 - A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

33.4 - O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos no Anexo deste Objeto que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

33.5 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

33.6 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

33.7 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

33.8 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

33.9 - O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

33.10 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

33.11 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Anexo Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

### **34 -DA IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

34.1 -Para contratação do objeto a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como: Código Florestal Brasileiro, Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas no CONAMA nº 307/2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

34.2 - Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

34.3 -A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

34.4 - Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.

### **35- DAS ASSINATURAS**

35.1 - O presente Projeto Básico foi elaborado com base no Relatório de Projeto, Orçamento e Detalhamento Gráfico, apresentado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

35.2 -Declaro que as informações constantes deste documento foram elaboradas de acordo com as definições da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Estudo Técnico Preliminar.

### **36. DA APROVAÇÃO**

36.1 - A vista do que consta nos autos e considerando que o Relatório de Projeto, Orçamento e Detalhamento, atende aos requisitos mínimos da legislação em vigor, e ainda, que o Projeto Básico foi elaborado em obediência às normas pertinentes e revisadas pela área competente, estou de acordo com as informações prestadas no documento, razão pela qual envio para aprovação da autoridade competente, e posterior seu encaminhamento à Comissão de Contratação para abertura do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, sob regime de execução de empreitada por preço global, critério de julgamento menor preço.

	<p align="center"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

### 37.DO FORO

37.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Tarauacá/ Acre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste Instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tarauacá - Acre, 12 de fevereiro de 2026.

**Elaborado:**

**FRANCISCO EDNILTON SANTOS NASCIMENTO**

Diretor de Esporte da Sec. Mun.  
Esporte e Lazer Portaria nº 210/2025

**Aprovado por:**

**JOÃO JANICÉLIO MARINHO FONTENELES**

Secretário Municipal de Esporte e Lazer  
Decreto nº 041/2025